




*Outorga do Título de Professora Emérita a*

---

*Luz Boelitz Vidal*





 Universitas Paulopolitana

Philosophiae, Litterarum Scientiarumque  
Humanarum Facultas

Ego Doctores Sandra Margarida Kilrim Philosophiae Litterarum Scientiarumque Humanarum Facultatis Moderatrix in Universitate Paulopolitana, cum actum vidissem et perlegissem quo ab huius Facultatis Magistrorum Collegio ante diem 11 Nov. MDC. anno MMIX praeclara sententia


**Lux Boelitz Vidal**

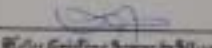
Anthropologiae peritissima

**Professor Emerita**

rile declaratus est, hoc diploma ei dedi, ut omnibus honoribus privilegisque cum dignitate sua cohaerentibus et quidem solemniter collatis iure uti ac perfrui posset.

Datum Facultatis in Aedibus Paulopoli in Brasilia,  
ante diem 11 Nov. MDC. anno MMIX.

  
Prof. Sandra Margarida Kilrim  
Facultatis Moderatrix

  
Felix Grifone Junior  
Facultatis Secretarius

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

**REITOR:**

Prof. Dr. João Grandino Rodas

**VICE-REITOR:**

Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

**DIRETORA:**

Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini

**VICE-DIRETOR:**

Prof. Dr. Modesto Florenzano

**SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**COORDENAÇÃO:**

Dorli Hiroko Yamaoka - MTb. 35815

Eliana Bento da Silva AmatuZZi Barros - MTb. 35814

**IMPRESSÃO E ACABAMENTO:** Gráfica da FFLCH

**TIRAGEM:** 200 exemplares

*CERIMÓNIA DE OUTORGA*  
*DO TÍTULO DE PROFESSORA EMÉRITA*  
*PROFA. DRA. LUX BOELITZ VIDAL*

*Data:* 03 de dezembro de 2010

*Horário:* 14h30

*Local:* Salão Nobre - Prédio da Administração

*Rua do Lago, 717 - Cidade Universitária*



# Sumário

APRESENTAÇÃO .....	9
PROFA. DRA. SANDRA MARGARIDA NITRINI	


SAUDAÇÃO A HOMENAGEADA .....	11
PROFA. DRA. DOMINIQUE TILKIN GALLOIS	

DO POUCO QUE SE SABIA AO MUITO QUE AINDA SE ESPERA .....	21
PROFA. DRA. LUX BOELITZ VIDAL	





## APRESENTAÇÃO

 com imensa satisfação que, em nome do reitor da Universidade de São Paulo, Professor Doutor João Grandino Rodas, dou início a esta cerimônia de outorga de título de Professora Emérita à antropóloga Lux Boelitz Vidal, professora do Departamento de Antropologia.

Gostaria de enfatizar que o título de Professor Emérito é conferido aos docentes que se notabilizam no ensino e na pesquisa. O primeiro título foi conferido em 1964 ao professor doutor Fernando de Azevedo, na área de sociologia. A professora Lux Boelitz Vidal é a 45ª docente reconhecida como merecedora desta outorga pela Congregação da FFLCH.

Limito-me, em minha apresentação, a cumprimentar a homenageada e a saudar o público presente, porque os demais membros que compõem esta mesa tratarão com propriedade da carreira e da produção da professora Lux Vidal, de sua importante contribuição ao ensino e à pesquisa em nossa faculdade na área de antropologia para manter o padrão de excelência que, com muito orgulho, ostentamos desde nossa fundação.

PROFA. DRA. SANDRA MARGARIDA NITRINI  
DIRETORA



## SAUDAÇÃO A HOMENAGEADA

Cara Profa. Sandra Nitrini, Diretora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP

Caro Prof. Vagner, Chefe do Departamento de Antropologia

Caros colegas professores da FFLCH,

Caros companheiros orientandos da Profa. Lux,

Caros alunos,

Querida professora Lux

*S*ostaria, inicialmente, de agradecer os colegas que me concederam o privilégio de saudar Lux Vidal, mestre, orientadora e amiga.

Incumbência que me permitiu meditar sobre um percurso exemplar de dedicação conjunta à formação, à reflexão acadêmica e ao engajamento com os povos indígenas. É um exemplo de vida, que continua movendo todos os que foram seus orientandos.

Registro que, no intuito de compartilhar esse privilégio com meus colegas orientandos de Lux Vidal, a eles solicitei pequenas contribuições para compor essa saudação. Será uma maneira de trazer aqui, esta tarde, os que não puderam se fazer presentes. Alunos e orientandos de Lux Vidal estão hoje trabalhando em universidades e instituições indigenistas e educativas de todo o país, e do exterior.

É portanto um momento de grande responsabilidade, e também de muitos pensamentos, emoções.

Lux, que conheci quando era adolescente, no final dos anos 60. Professora no Liceu Pasteur, onde estudei por dois anos, Lux nos ensinava muito mais do que o manejo da língua inglesa. Através de belos textos de literatura que ela nos apresentava, nos falava das relações entre países, entre culturas, nos fazendo perceber as contradições em que vivíamos, entre dois mundos, da escolarização à la francesa num país como o Brasil, naquela época.

Em 1968, Lux daria uma guinada em sua vida, deixando para trás suas belas aulas de inglês e preparando na USP um estudo de antropologia urbana. Um estudo de antropologia urbana, sobre o Liceu Pasteur e o positivismo francês em São Paulo. Na época, nós, alunos do secundário, não sabíamos disso, pois a lembrança forte desse período, para todos os alunos secundaristas de Lux, foi a morte de Martine, sua filha primogênita, nossa colega na escola.

Frei Caron, um padre dominicano que vinha ao Liceu nos falar dos índios, levou Lux para os Kayapó-Xikrin, no sul do Pará. Eles estavam reduzidos, na época, a apenas 90 pessoas. Dessa experiência, surgiu a tese de mestrado “*O Mereremé*” e de doutorado “*Morte e vida de uma sociedade indígena brasileira*”. E assim se iniciou a longa e produtiva carreira de Lux na Universidade de São Paulo, onde ela inicia seu trabalho em 1969. Concluiu seu mestrado em 1972, e seu doutorado um ano depois, em 1973, sob orientação do Prof. João Batista Borges Pereira.

Realimentava, assim, seu interesse pela antropologia, que iniciara nos seus estudos de graduação, no Sarah Lawrence College, no estado de Nova-Iorque, onde foi aluna de Irving Goldman.

Na USP, além do Prof. João Batista, foi acolhida por Thekla Hartmann, por Giaconda Mussolini. Havia também os professores Egon Schaden, Rui Coelho, Aziz Simão. Como relembra Maria Elisa Ladeira: “era a universidade perseguida, com Rui Coelho nos corredores dos “barracões das ciências sociais”, espantando os militares camuflados”.

Nos barracões havia, como Lux nunca deixa de comentar, estudantes dispostos, interessados, ou como ela sempre afirma: havia seus “estudantes fantásticos”.

Esses muitos alunos e orientandos que conseguiram levar em paralelo sua formação acadêmica e seu compromisso junto aos povos com os quais pesquisavam e trabalhavam. Sem dúvida, se eram alunos fantásticos, capazes de conciliar academia e indigenismo, é por-

que - como nos lembra Iara Ferraz - sua mestre teve a capacidade de instigar entre os alunos um profundo respeito pelas sociedades indígenas, seus saberes, práticas sociais, ao mesmo tempo em que aprendiam a interagir com elas em defesa de seus direitos fundamentais.

Dois movimentos que, como sempre nos mostrou Lux, são necessariamente articulados, um enriquecendo o outro.

Maria Elisa Ladeira também registra que, nos “barracões”, se aulas de sociologia estavam “em alta”, as de antropologia – vista como uma ciência colonialista pelos alunos – estariam “em baixa”. Para reverter essa apreciação, Lux Vidal teve um papel fundamental. Seus alunos registram a coragem de Lux em propor pautas indigenistas “para uma etnologia na época completamente ausente dos dilemas e desafios do movimento social descontente da época da ditadura. Pautas que não só cobravam ações efetivas de defesa dos direitos indígenas, como se voltavam para a reflexão sobre essas ações” (citando M.E. Ladeira). Lux percebe a importância de engajar os alunos em espaços outros que as salas de aulas. Em 1975, a Funai cria novos departamentos e entre eles o de Desenvolvimento Comunitário, na época chefiado por Olimpio Serra, na gestão do General Ismarth de Oliveira. Lux é chamada para indicar alunos para coordenar os chamados “projetos comunitários” em áreas indígenas problemáticas, especialmente no sul do Pará, onde ela desenvolvia seu trabalho junto aos Kayapo-Xikrin. Um convênio é assinado entre a USP, o Projeto Rondon e a FUNAI. Gilberto Azanha e Maria Elisa Ladeira vão para os Timbira. Iara Ferraz para os Gavião-Parkatejê. Rubem Tomas de Almeida para os Guarani-Kaiowá, no conturbado Mato Grosso do Sul.

Como também lembra Maria Elisa, no mesmo momento – mas por outra via – João Pacheco vai para os Ticuna, Alcida Ramos e Keneth Taylor para os Yanomami, David Price para os Nambiquara. Essas experiências, após algumas décadas de desalento, retomavam rumos inicialmente desenhados para a antropologia aplicada, no tempo glorioso do SPI, onde atuavam Darcy Ribeiro, Roberto Cardoso de Oliveira. Voltava-se a discutir, nos encontros como os da ANPOCS “o papel dos antropólogos”, debates acalorados e quão equivocados eram travados entre os chamados “acadêmicos” e os “indigenistas”, uma separação que Lux nunca deixou seus alunos efetuar, incentivando-os sempre, e conseguindo com sucesso, a produzir dissertações e teses capazes de renovar e ampliar o conhecimento antropológico desses povos. Esse sem dúvida também foi a experiência de Rafael Bastos, etnomusicólogo com uma tese

pioneira sobre rituais xinguanos, defendida na USP. Rafael, era indigenista na Funai, na época. Hoje, é professor na Universidade de Santa Catarina. Várias dissertações e teses importantes, de todo esse grupo de alunos da USP ainda são consultadas hoje, pelas novas gerações.

Foi nesse contexto que reencontrei Lux, quando voltei ao Brasil, em 1975, com uma bolsa de especialização de um ano, no âmbito de um programa bilateral entre Brasil e Bélgica. Logo que a bolsa terminou, ela me incentivou a refazer um mestrado na USP, e aqui estou até agora.

Nos barracões, tínhamos com ela aulas de etnologia, centradas sobretudo em estudos de organização social, que foram fundamentais para minha formação “americanista”. Aracy Lopes da Silva, que se foi tão cedo, e Sylvia Caiuby Novaes, eram monitoras das primeiras aulas a que assisti, mas logo foram contratadas como professoras. Através de Lux, Sylvia, Aracy e também a Profa. Renate Viertler, nós alunos tivemos contatos com trabalhos significativos e encontros “ao vivo” com pesquisadores das sociedades Jê-Bororo, entre eles David Maybury Lewis, que freqüentava nossas reuniões. Lux também nos colocara em contato com a Profa. Simone-Dreyfus, que trabalhava sobre questões de organização social, ao mesmo tempo em que enfrentava uma briga – apoiada por Lux e por Sonia Lorenz – com uma empresa francesa invadindo terras dos índios Satere-Maué, no Amazonas.

Esse tipo de articulação, difícil, complexa, mas instigante etnográfica e teoricamente, nos alimentou a todos. Foi a época em que as “organizações indigenistas” foram criadas, muitas delas com participação ativa e determinante de Lux. Essas entidades eram povoadas por antropólogos, professores e alunos de universidades paulistas, USP, UNICAMP, PUC. Depois, em outros estados, o mesmo movimento se reproduz, a partir do engajamento de etnólogos acadêmicos, trabalhando com povos indígenas. Cito aqui apenas as de São Paulo, como a Comissão Pro-Índio, o Centro de Trabalho Indigenista, mais recentemente o Iepé, Instituto de Pesquisa e Formação Indígena. E também o programa Povos Indígenas, CEDI que depois cresce no âmbito do Instituto Socioambiental. Lá trabalhei oito anos, antes de ser professora na USP, e também foi por incentivo de Lux. Fazia doutorado e ao mesmo tempo lia, ouvia e me envolvia com tudo que acontecia nas áreas indígenas do país. É assim que Lux potencializava nossa formação, nos impulsionando a um esforço de descentramento, reiterado.

Os interesses e contribuições de Lux à Etnologia Ameríndia são diversificados, sempre renovados, e continuam sendo. Esse é um comentário que todos os seus colegas e alunos sempre fazem questão de mencionar.

Assim, nos anos 80, ampliando seu conhecimento a respeito dos povos indígenas do sul do Pará, Lux inicia algumas visitas em comunidades Tupi-Guarani. Parakanã, Asurini.

Tínhamos na época um diálogo muito denso, pois eu já trabalhava com um povo Tupi, mas no Amapá. Tanto nas aulas, como nas sessões de orientações, Lux opera uma translação, um investimento comparativo dos Jê aos Tupi.

Orienta novos estudantes, que irão trabalhar com comunidades no sul do Pará: Regina Muller, que sai dos Xavante para os Tupi e depois será professora na UNICAMP, vai trabalhar com os Asurini do Koatinemo, onde mais tarde vai também Fabíola Andrea, hoje professora do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Lúcia Andrade, aluna de Aracy vai aos Asurini do Trocará. Antonio Carlos Magalhães segue para os Parakanã.

Encantada com a riqueza cultural desses povos, interessada em viabilizar uma renovada produção acadêmica sobre sociedades então muito mal conhecidas, Lux organiza o que ficou conhecido como o “Encontro Tupi”, um seminário realizado na USP, e na PUC em que mestrandos e doutorandos de várias instituições, ao lado de alguns pesquisadores mais maduros, viriam a construir, ao longo de sucessivos encontros – prosseguidos na ABA e em outros foros – modos renovados de abordar as sociedades Tupi-Guarani, centrando seu esforço analítico no estudo de cosmologias.

Lux não abandona seu interesse pelos grupos Kaiapó, onde continua levando novos orientandos, entre eles Fabíola Andréa, e também Clarice Cohn, professora de antropologia em São Carlos, que continua até hoje a trabalhar junto aos Xikrin do Bacajá.

Importante lembrar que, em praticamente todos esses casos, Lux “levava”, literalmente seus alunos até o campo, dando lhes assim uma fecunda iniciação no local. Não foi meu caso, infelizmente. Mas vale registrar um comentário muito revelador do fazer etnográfico que Lux nos orientava a desenvolver: “em 1992 – conta Clarice Cohn - ao me ver titubeando ao tentar explicar aos índios os mecanismos de gravação de fitas... ela me disse: ‘responda sempre a eles com a honestidade e o refinamento que espera das respostas que eles dêem a suas perguntas’ ”

Ao mesmo tempo, como sempre, Lux iria dar um novo impulso na conexão entre antropologia acadêmica e processos de avaliação de políticas públicas. O que hoje

nos parece absolutamente normal, não o era, à época. Citando novamente Maria Elisa Ladeira: “quando o Banco Mundial precisou de um referendun antropológico para o convenio que firmava com a Funai, relativo ao que hoje chamamos de medidas compensatórias aos povos indígenas que estavam na área de influência do Programa Grande Carajás, Lux foi inovadora e conseqüente, exigindo do BIRD a participação de um numero maior de antropólogos”, como também abre a discussão para incluir mais comunidades na chamada área de influencia.

É bom lembrar que o indigenismo oficial, à época, colidia com os argumentos e propostas dos antropólogos. Contexto duro, na época, que alias continua até hoje bastante tenso, na relação entre profissionais envolvidos num engajamento tanto intelectual, como político, com os interesses dos índios. Foi acompanhando esse movimento de minha orientadora, ao longo dos anos 80, em que também estava lidando com problemáticas fundiárias complexas no Amapá, enfrentando incompreensão da maioria dos setores oficiais, que percebi que o engajamento do antropólogo-etnólogo é antes de tudo teórico. Enfrentar as políticas públicas a partir de uma contestação de conceitos, reduzir o gap que impera ainda entre compreensão antropológica dos fenômenos culturais e sociais e as formas como são tratados por parte de órgãos oficiais – cujos funcionários continuam sempre muito distantes da realidade indígena. Esse enfrentamento teórico continua sendo uma de minhas metas em antropologia, aprendida com Lux, revivida com meus alunos.

Essas também foram inspirações que guiaram outro orientando de Lux, Henyo Trindade Barreto, hoje diretor acadêmico do Instituto de Educação do Brasil - IEB, em Brasília. Henyo, no final dos 80, que desenvolveu em seu doutorado uma análise antropológica refinada das políticas de conservação ambiental, registra a relação dialógica com Lux: “ela que nunca escondeu o quanto ela também aprendia com a minha pesquisa, para pensar outros objetos e questões”. Também vivi essa experiência dialógica, quando fui trabalhar em campos muito distantes dos de minha orientadora, mas ela sempre estava atenta as novas problemáticas que lhe apresentávamos, nos impulsionando para o desafio de desvendá-las, fazendo antropologia.

Uma das contribuições sem dúvida mais expressivas de Lux Vidal à Etnologia Ameríndia são os trabalhos que ela e um grupo de orientandos desenvolveram em torno da arte e etnoestética ameríndia. De novo, aqui, é preciso lembrar de Aracy, que trabalhou com Lux na organização da coletânea “artes gráficas indígenas”, em sua 3ª edição pela Nobel.



Essa guinada numa temática que sempre interessou Lux – desde que fazia pesquisa de campo entre os Xikrin paramentados com belíssimas pinturas corporais, profusão de adornos – mas que ela desenvolveu especialmente nos anos 90, também e sempre incentivando alunos que estudaram concepções e práticas estéticas em múltiplas dimensões: pintura corporal, trançado, cerâmica, ritual, musica...

Cito aqui Rafael Bastos, Regina Muller, Lúcia Hussak van Velthem, que foram pioneiros na temática, junto com Lux. Seguidos por alunos mais novos, como Fabíola Andrea, Elsje Lagrou, Aristoteles Barcelos Neto, Esther de Castro, Francisco Paes, Marina Zacchi. Muitos deles são hoje professores, em diferentes universidades do país – Aristóteles está na Grã Bretanha – e continuam a pesquisar e ensinar estéticas ameríndias, gerando novas contirbuições a uma temática tão significativa desde os ensaios pioneiros de Lux.

E preciso inclusive mencionar, mesmo que rapidamente, que apreciar e analisar expressões artísticas, no âmbito dos estudos de cultura material, são uma atividade permanente de Lux, na USP como em outras instituições. Alias, desde o tempo dos barracões. Ali, lembro-me, estavam estocadas peças valiosíssimas, que compunham uma coleção chamada Plínio Ayrosa. Depois, conseguimos transferir essas coleções em salas mais ou menos adequadas no prédio de Ciências Sociais, que se tornaram mais adequadas graças a colaboração de Mariana Vanzolini. Ali também trabalhei por alguns anos, iniciando alunos à etnologia a partir de atividades de pesquisa e organização das coleções. Depois, as coleções se foram para o Museu de Arqueologia e Etnologia. Lux é uma incansável colecionadora, como atestam as duas coleções únicas, ora depositadas e totalmente documentadas no MAE, de objetos e arte Xikrin, outra de objetos dos povos indígenas do Oiapoque. Conheci as belas peças Xikrin guardadas no seu apartamento, a plumária acondicionada no banheiro, para manter umidade das penas, enquanto esperávamos ter espaços adequados para depositar e pesquisar essas coleções na USP. Muitas das belas exposições realizadas sobre artes indígenas nos anos 80 e 90 tiveram a mão de Lux, em todo caso seu apoio incondicional, como podem testemunhar Sonia Dorta, Luis Donisete Benzi Grupioni e Lúcia Hussak van Velthem, especialistas na criação e organização de exposições etnográficas.

Esse antigo envolvimento com coleções etnográficas e expressões artísticas indígenas continua a mover Lux, desde que trabalha, não mais no sul do Pará, mas no baixo Oiapoque, fronteira com a Guiana Francesa.

Como me escreveu Elsje Lagrou: “uma pessoa com 80 anos que faz pesquisa de

campo e fala com a mesma urgência de sempre daquilo que a move, a questão indígena, o amor pela arte” continuará a ser nosso lema por muitos anos. Foi sem dúvida o lema que move os mais novos orientandos de Lux, os que ela “levou”, para as savanas alagadas do baixo Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa.

Essa nova guinada de Lux, da etnologia Jê-Bororo para as imprecisas mas tão sedutoras cosmologias dos povos das Guianas, foi a oportunidade de uma nova aproximação entre nós, novos diálogos.

Eu já vinha trabalhando na região das Guianas, também incentivando e levando alguns alunos para campo. Eu também tinha realizado algumas viagens às aldeias e belos rios da Terra Indígena Uaçá, inclusive junto com representantes Wajãpi. Na época, iniciava-se na região um novo tipo de articulação entre comunidades, que queriam se conhecer, se visitar, enfrentar problemas juntos. Mas a complexidade das relações naquela área do baixo Oiapoque, ocupada por povos diversos, com trajetórias muito diferentes, foi Lux, e mais tarde seus alunos, quem desvendou, extraindo os “índios do Oiapoque” da invisibilidade que lhes era atribuída enquanto índios “aculturados” e “misturados”.

Iniciou suas pesquisas no Oiapoque em 1990, com um primeiro apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa. Selecionou alunos, que se tornaram orientandos e compartilharam a descoberta daquela área, tão rica. Antonella Tassinari, hoje professora na Universidade de Santa Catarina, foi uma das primeiras. Seguiram muitos outros, Laércio Fidelis Dias, Esther Castro, Chico Paes, Artionka Capiberibe, depois Marina Zacchi e Ugo Maia Andrd. Todos participaram, no Núcleo de História Indígena, da Pesquisa Temática “Guianas”, sob minha coordenação entre 1996 e 2003. Um período de riquíssima troca e grandes avanços na consolidação de novas abordagens para a etnologia da região, de trocas entre orientandos de Lux e os meus, que trabalhavam com povos Tupi e Caribe.

O imenso trabalho empreendido por Lux, junto com a equipe que coordenava no Oipoque, é um exemplo de estruturação de dados etnográficos, sistematizados, resultando num arquivo científico inédito e de valor inestimável. Mas o empenho maior, o trabalho mais interessante e sem dúvida promissor, foi a idealização e implantação do Museu Kuahi, um museu dos povos indígenas do Oiapoque. Um museu, como existem muito por aí no mundo, e muito poucos no Brasil, idealizado com os índios, e que é hoje gerido por eles. A tenacidade e dedicação com a qual Lux conseguiu superar obstáculos de toda sorte, de burocráticos, a políticos e ainda, obstáculos teóricos, foi exemplar. E

também notável como ela soube arregimentar pessoas para auxiliá-la na empreitada, auxílio esse que sem dúvida a impediu de desistir do projeto.

Esse museu não faria sentido, entretanto, sem a fundamental contribuição de Lux à etnologia da região, possibilitada por mais um deslocamento de olhar. Como registra Laercio Dias: “Lux, nesta passagem, foi extremamente hábil em reajustar o foco de seu olhar de antropóloga e enxergar riqueza cultural indígena onde parecia não haver nada. Entre os tantos itinerários que marcam a vida da Lux, nesta passagem de povos Jê para os grupos do Uaçá, ela deixa um legado importante para antropologia brasileira: a perspicácia de um jeito de olhar, na medida em que Lux se distancia da abordagem estruturalista que caracterizou seus estudos com os Kayapó-Xikrin, ela consegue perceber mais facilmente a relação entre o ritual, o sobrenatural e a decoração dos objetos no Uaçá. Lux caracteriza esta relação como uma dinâmica contínua entre o visível e o invisível, dinâmica esta produtora da estética dos objetos rituais como, por exemplo, os bancos e as clarinetas utilizados no ritual do Turé, dos adornos que enfeitam o espaço cerimonial onde o ritual acontece e do pote utilizado para preparar o caxiri. A própria bebida também mantém relação com esta dinâmica entre visível e invisível, uma vez que o caxiri é considerado uma coisa viva, dotada de agência, que vem prestigiar a festa”. Antes de Laercio, Antonella auxilia Lux e empreende uma importante pesquisa sobre a organização das famílias Karipuna.

Pesquisas nesse contexto menos clássico para os estudos de parentesco, precisavam da orientação precisa que Antonella registra: “aprendi que não basta escutar as pessoas cujo status já é previamente reconhecido, mas é preciso buscar também as vozes dissonantes, as crianças, mulheres, jovens, aquelas pessoas que foram morar bem longe e isoladas, aquelas que se converteram a uma igreja nova, as que dizem que uma oração em latim é tradicional. Não basta registrar aquilo que já é consagrado nas obras acadêmicas do momento, mas também aquilo que é incômodo e parece não se encaixar em nada do que já sabemos. Isso mudou completamente meu jeito de ver as coisas no campo e acho que ‘ajustou’ meu olhar para aceitar e analisar o que se vê, ainda que totalmente diferente do que se busca encontrar, de acordo com o que está sendo mais valorizado na literatura acadêmica. Esse compromisso com o campo e essa independência de pensamento são características marcantes da Lux que eu sempre admirei”.

E, para finalizar, mas não encerrar – considerando a longa fila de alunos que mes-

mo indiretamente devem a Lux suas belas aulas, comentários e diálogos – cito Artionka Capiberibe, hoje professora na UNIFESP: “Por estranho que pareça, foi graças a essa formação etnográfica clássica – oferecida por Lux Vidal - que pude desenvolver uma pesquisa sobre um tema nada clássico na etnologia, compreender a religião evangélica palikur”.

Essas belas contribuições à prática antropológica, da própria Lux, de seus alunos e sobretudo, as contribuições dos próprios índios que ela tanto incentivou no Museu Kuahi, estão ali, num conjunto relativamente farto de trabalhos sobre uma região indígena sobre a qual, há 20 anos, não se sabia praticamente nada.

Em breve, lá, será inaugurada uma ponte, ligando o Brasil à Guiana Francesa, e aos países do Caribe. Um caminho novo, uma oportunidade para o olhar antropológico, que – de novo - Lux vai abraçar, perscrutando relações sociais, culturais, políticas, etnografando situações em toda sua complexidade. Obrigada Lux, por tantos caminhos apontados e a percorrer e pelo incentivo e motivação a fazer antropologia...

Faço também minhas as palavras de Lúcia Hussak van Velthem. O que Lux nos ensinou “pode ser resumido em duas palavras: fidelidade e entusiasmo - fidelidade aos princípios da ética profissional, aos compromissos assumidos, ao respeito pelos povos indígenas - entusiasmo pelo trabalho de seus orientandos e auxiliares e, sobretudo pelos novos desafios que incansavelmente continua a abraçar”.

PROFA. DRA. DOMINIQUE TILKIN GALLOIS

DISCURSO DE OUTORGA DO TÍTULO DE  
PROFESSORA EMÉRITA DA  
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

DO POUCO QUE SE SABIA AO MUITO QUE AINDA SE ESPERA

*[Desejo agradecer aos meus colegas do Departamento de Antropologia, que tomaram a generosa iniciativa de propor a concessão desse título tão honroso e para mim inesperado. Agradecer à nossa diretora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Sandra Nitrini, ao professor Vagner Gonçalves da Silva, chefe do Departamento de Antropologia e à professora Sylvia Caiuby Novaes, ex-chefe do departamento e, especialmente à minha colega de todos os momentos, Dominique Tilkin Gallois. Agradeço também a todos, professores, ex-alunos, funcionários, amigos e minha família hoje aqui presente. Meus pensamentos também vão para os que não estão aqui presentes e são muitos. A todos a minha gratidão.]*

Chegar aos oitenta anos, evidentemente, é tempo suficiente para acumular lembranças, experiências e ensinamentos. É o tempo da memória, sempre produtiva e transformadora, das avaliações, da saudade e do olhar distanciado. Tenho a sorte de ter disposição e oportunidades para continuar viajando para Oiapoque, no extremo norte do Brasil, pesquisando, coordenando oficinas, avaliando projetos, montando exposições e escrevendo, sempre com o apoio generoso dos colegas aqui na USP, dos ex-alunos

com quem compartilhei tantos momentos bons, mas também difíceis, dos amigos do Iepé e da Comissão Pró-Índio, dos profissionais nas mais diferentes áreas e de tantos índios que cada vez mais presentes e atuantes colaboram para que possamos encontrar uma maneira mais justa e participativa de atuar, construir e conviver.

O título desta breve apresentação, totalmente despreziosa e elaborada um pouco “à vol d’oiseau”, me parece caracterizar e resumir o que vivenciei durante mais de quarenta anos, dedicados à pesquisa, ao ensino, às atividades culturais e de apoio aos povos indígenas. Um período cheio de descobertas e de realizações, mas especialmente cheio de encontros e relacionamentos humanos inesquecíveis.

Ao chegar ao Brasil, em 1955, fiquei alguns anos sem trabalhar. Em 1960 fui professora na Aliança Francesa e de 1964 a 1969 professora no Liceu Pasteur, onde meus filhos também estudaram. Tenho ótimas recordações daquela época. Em 1967, porém, decidi mudar de rumo e, aconselhada pela minha amiga, a professora Thekla Hartmann, me inscrevi no programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da USP. Eu havia obtido, em 1951, nos Estados Unidos, os meus créditos em Antropologia, um Bachelor of Arts e havia sido aceita no Programa de Pós-Graduação da Columbia University, antes de voltar para a França. Os anos vividos na Universidade, nos Estados Unidos, foram fundamentais para a minha formação acadêmica e como pessoa, tive os melhores professores.

No fim dos anos 60, não havia no setor de Antropologia da USP uma proposta formal de pesquisa ou uma orientação teórica mais definida, como acontecia, por exemplo, na Sociologia, onde se discutiam os grandes temas brasileiros. Os interesses pareciam dispersos. Mas, de minha parte, acompanhei com interesse as aulas de Pierre Clastres sobre suas pesquisas de campo e a análise que ele propunha sobre a organização social e especialmente a chefia entre os índios Guayaki. Gostava muito também das aulas da professora Gioconda Mussolini, era excelente professora. Thekla Hartmann, Gioconda e o professor João Baptista Borges Pereira, meu orientador, com cujo apoio e amizade sempre pude contar, foram os que mais me incentivaram nos meus estudos naquele momento. Fiz um curso com Gioconda sobre estudos de comunidade, que depois saíram de moda, mas que eu adorava, porque me introduzia ao conhecimento do Brasil profundo, como a leitura de “*Os parceiros do rio bonitô*”, e outros. Fiz também um curso de teoria literária com o professor Antonio Candido, sobre *Memórias de um Sargento de Milí-*

cias, de Manuel Antonio de Almeida, uma experiência inesquecível. Com muito prazer, lia obras como *Uirá vai ao encontro de Maira*, de Darcy Ribeiro e também *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freire. A Carta de Pero Vaz de Caminha e as aventuras de Hans Staden me encantavam. No fundo tudo isso além de antropologia era literatura, o que fazia parte também da minha formação.

Em 1969 fui convidada a ser professora na FFLCH. Fazia pouco tempo que Gioconda havia falecido. Eu seria sua assistente, de modo que de um dia para o outro me senti bastante desamparada, com pouca experiência em etnologia brasileira. Não faltavam opções de leitura, mas, de minha parte, nenhuma experiência de campo, uma referência que permitisse uma análise mais crítica e uma inserção mais efetiva no meio acadêmico. Entretanto, leituras obrigatórias em sala de aula, naquela época, eram as obras de Florestan Fernandes sobre os Tupinambá e o trabalho de Darcy Ribeiro sobre Convívio e Contaminação.

Em dezembro de 1969, as coisas mudaram para mim com um convite do dominicano, Frei José Caron para ir aos Xikrin. Os Xikrin eram um pequeno grupo Kayapó, situado entre o rio Xingu e a Serra dos Carajás, no sudeste do Pará e que se encontrava em estado bastante precário. Aliás, para muitos, inclusive Curt Nimuendajú, os Xikrin seriam um grupo extinto. Ao me deparar com aquele universo, percebi que havia poucas informações sobre esses índios, a não ser uma monografia sobre cultura material, pesquisa realizada por Protásio Frikel do Museu Goeldi. Na aldeia muito poucos índios entendiam o português.

Nestas condições, comecei a fazer minha pesquisa de campo. Voltando a São Paulo, soube que havia um grupo de antropólogos brasileiros e americanos trabalhando com os Jê, no Museu Nacional, orientados por David Maybury-Lewis, da Universidade de Harvard. Eles estavam desenvolvendo o Central Brazil Research Project, cuja proposta central era revisitar as sociedades Jê, estudadas anteriormente por Nimuendajú e que pareciam apresentar certas “anomalias”. Deveria-se também caracterizar estas sociedades definidas como dualistas à luz das contribuições teóricas de Lévi-Strauss. Mesmo tendo desenvolvido a minha pesquisa de forma independente, entrei em contato com eles e foi muito agradável e produtivo.

Na seqüência, em 1972, concluí o mestrado sobre um ritual Xikrin, o *Merêrêmé*. Foi um trabalho lindo, fruto de uma etnografia bem articulada, deixando claro, entretan-

to, tratar-se de um momento específico na trajetória histórica dos Xikrin. Estou persuadida de que a nossa presença no desenrolar do ritual foi de suma importância para os Xikrin naquele momento em que se recuperavam de uma experiência devastadora de doenças e declínio demográfico. Foi também naquela época que com o Drº João Paulo Botelho, da Escola Paulista de Medicina, criamos o Comitê de Ajuda aos Xikrin e povos indígenas da região de Marabá.

Um ano depois, em 1973, defendi a tese de doutorado sobre a história e a organização social dos Xikrin. Tive que escrevê-la em dois meses para ficar no antigo regime de docência da USP. Como eu ainda tinha muitas dificuldades em português, Sylvia Caiuby Novaes e Thekla Hartmann me ajudaram a traduzir vários trechos. Considero esta tese, que foi publicada em 1978 (*Morte e vida de uma sociedade indígena brasileira*. Hucitec / Edusp) uma contribuição importante para os estudos Jê e hoje para os próprios Xikrin.

Voltando um pouco atrás é preciso reconhecer que o fortalecimento da Etnologia no Brasil, ainda que tardia (Anne Christine Taylor e Eduardo Viveiros de Castro apresentaram as razões desse fenômeno), é o resultado de um conjunto de fatores. Ela não foi a obra de um grupo restrito de etnólogos ou de uma única instituição, mas se deveu à colaboração de um grande número de estudiosos, brasileiros e estrangeiros, professores e alunos comprometidos com um trabalho de campo intensivo, e extensivo a um grande número de grupos indígenas, abordados em suas especificidades.

Nos anos 70 vivenciamos, também, mudanças teóricas interessantes, em grande parte influenciadas Lévi-Strauss. Durante o XLII Congresso Internacional dos Americanistas em Paris, em 1976, no Simpósio “Tempo e Espaço nas Terras Baixas da América do Sul”, Joanna Overing deu o veredito: os conceitos clássicos da antropologia não são suficientes para explicar as sociedades sul americanas.

Outro simpósio, desta vez realizado no Brasil, em 1978, também exerceria forte influência no desenvolvimento da etnologia brasileira. Organizado por Anthony Seeger, Roberto Da Matta e Eduardo Viveiros de Castro, no Museu Nacional, este simpósio evidenciou as contribuições que a etnologia dos grupos indígenas brasileiros estava fazendo à antropologia como um todo, particularmente em relação à noção de pessoa, de corporalidade e da dimensão simbólica como formadora da práxis. Além dos organizadores, participamos do evento Renate Vierter da USP, que já havia publicado a sua tese sobre os Bororo, uma das primeiras a trabalhar os aspectos da noção de pessoa,



Manuela Carneiro da Cunha da UNICAMP, que pesquisava entre os Krahó e eu mesma, apresentando as primeiras observações sobre o grafismo Xikrin. Considero este simpósio, publicado em 1979, no Boletim do Museu Nacional, como o manifesto fundador da Etnologia Moderna no Brasil, apresentando em grandes linhas todos os desdobramentos que ela teria em anos posteriores.

Paralelamente, nos anos 70, alguns alunos da USP começaram a elaborar um levantamento sistemático e atualizado sobre os povos indígenas existentes no Brasil, compilando informações sobre localização, população, situação jurídica das terras e projetos de infra-estrutura. Este levantamento deu origem ao Programa Povos Indígenas do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), que naquela época, envolveu o trabalho voluntário de uma ampla rede de atores, entre antropólogos, indigenistas, médicos, missionários e outros, todos envolvidos na montagem deste grande banco de dados, hoje gerenciado pelo Instituto Socioambiental (ISA).

Com esse levantamento, ficou mais clara a grande diversidade étnica, e, conseqüentemente, cultural deste país e também pela primeira vez na história demonstrava-se a reversão do declínio da população indígena no Brasil. Por outro lado, em todo o território Nacional, pairava uma nova onda de ameaças sobre estas populações.

Foi assim que ao lado do avanço dos estudos acadêmicos e do levantamento sistemático da situação dos povos indígenas no país, iniciaram-se as primeiras ações concretas de cunho político em defesa dos direitos dos povos indígenas, com a criação de entidades de apoio em São Paulo, Santa Catarina, Bahia, Acre, todas formadas por antropólogos, alunos pesquisadores, juristas e voluntários, comprometidos na elaboração de uma jurisprudência indígena e contribuindo, com a colaboração de algumas lideranças indígenas, na elaboração da nova Constituição de 1988. Tudo isso, na época, contando com o apoio de outros movimentos sociais e espaços garantidos na imprensa, televisão e rádio.

Houve contribuições muito importantes, na USP, na PUC/SP, CEDI, Comissão Pró-Índio e CTI, além do CIMI, para a promoção de grandes reuniões com a participação cada vez maior de índios e com o apoio da ABA-Associação Brasileira de Antropologia, nas pessoas de Eunice Durham, Manuela Carneiro da Cunha, Gilberto Velho, Sílvio Coelho dos Santos, sucessivos presidentes de nossa associação, da professora Carolina M. Bori, presidente da SBPC na época e também de juristas e políticos. Difícil citar todos aqui.

Foi apoiada neste tripé que a etnologia brasileira se consolidou, dando-lhe uma feição muito específica, reconhecida como a “maneira brasileira de fazer antropologia”. E como poderia ser diferente se pertencíamos todos a uma mesma Nação? Não faltavam, no entanto, desafios e situações difíceis. Um exemplo pessoal: enquanto estava pesquisando sobre o ritual Xikrin, acima mencionado, em um grupo pequeno e relativamente isolado, me deparei, durante uma visita aos Gavião do Pará, com uma situação lastimável. Estes índios eram obrigados a coletar e fornecer grandes quantidades de castanha do Pará à delegacia da Funai em Belém, recebendo como pagamento apenas um par de botas e algumas bugigangas. Isto se caracterizava como trabalho escravo. Decidi agir. Em Belém, me dirigi ao advogado Roberto Santos, que me indicou o professor Dalmo Dallari em São Paulo para uma consulta. E foi assim que começou uma série de ações coordenadas e levadas a cabo pelos próprios alunos, como foi o caso de Iara Ferraz, para os Gavião, que de fato se revoltaram e inverteram o processo de exploração, dando origem ao que viria a ser chamado, na época, os “projetos comunitários” da Funai: uma forma, digamos, mais branda de controlar os índios, mas mesmo assim uma conquista. Outro exemplo foi em Tucuruí, durante uma viagem aos Parakanã, um grupo tupi, que seria atingido pelo lago da Barragem, quando descobri que havia uma família Gavião da Montanha que havia sido violentamente, inclusive com ferimentos, retirada de suas terras, o lugar mesmo sobre o qual foi construída a usina hidrelétrica. Fiz o levantamento do ocorrido e entregamos o caso ao advogado da Comissão Pró-Índio de São Paulo, Carlos Marés. Trinta anos mais tarde estes índios receberiam, finalmente, uma indenização.

Ainda nos anos 70 assessoriei os Xikrin do Cateté para a demarcação de suas Terras, o que acarretava muitas viagens a Brasília, que naquela época eram de ônibus mesmo.

Fazer uma etnografia sobre o pensamento, os valores e a práxis indígenas e agir de forma engajada em outro nível de realidade, não foi tarefa fácil, mas foi algo constitutivo da formação de muitos antropólogos naquele momento e faz parte hoje de nossa consciência histórica.

Com relação às aulas na USP, os alunos estavam muito interessados e também motivados. Lembro que quando consegui uma cópia, em inglês, do livro de Maybury-Lewis sobre os Xavante, naquele momento, Aracy Lopes da Silva se dispôs a traduzir cada semana um capítulo para que todos pudessem acompanhar a leitura “em bom português”.

Visto à distância foi uma época muito produtiva, cujos resultados são evidentes hoje pelo grande número, variedade e qualidade dos estudos sobre as sociedades ameríndias e pelo protagonismo dos índios, que cada vez mais, por meio de múltiplas redes, participam da vida nacional, assumindo suas lutas e conquistas e defendendo seus interesses.

Durante os anos 80 me dediquei totalmente à pesquisa, ensino, orientação de inúmeros alunos, publicações, seminários, congressos e a participação na montagem de muitas exposições, no Brasil e no exterior, ocasiões em que, junto com outros pesquisadores, pude expor minha coleção Xikrin, que durante anos ficou guardada em minha casa, o que permitia seu uso constante. Destacam-se a primeira exposição realizada em 1977, com Carla Milano da editora Nobel, na Casa do Sertanista, em que foi apresentada uma visão geral da cultura material dos Xikrin. As exposições seguintes no Museu de Arte Moderna em São Paulo em 1980 - com a curadoria do artista plástico Norberto Nicola, na Bienal de 1983 e a de 2000 na Oca, por ocasião das comemorações dos 500 anos de Brasil, para citar apenas algumas, destacavam essencialmente a estética da arte plumária. Isso contribuiu para dar uma maior visibilidade em outros termos aos povos indígenas. A grande exposição “Arte Plumária do Brasil” foi exposta no Itamaraty em Brasília, no Museu Nacional de Bogotá, na Smithsonian Institution de Washington, no Museu Antropológico da Cidade de México, em Madri e na Fundação João Miró, em Barcelona, cidade de minha juventude, com catálogo em catalão. Entretanto, tudo isso já pertence ao passado, já que hoje é expressamente proibida a caça às aves.

A minha coleção, mais tarde, foi doada ao da USP, onde recebe uma curadoria adequada. O livro sobre esta coleção, coordenado por Fabíola A. Silva e César Gordon, dois professores que escreveram suas teses de doutorado sobre os Xikrin, está no prelo. Por outro lado, todo o meu acervo visual e sonoro sobre os Xikrin está guardado no LISA (Laboratório de Imagem e Som da USP), em grande parte digitalizado pelo meu ex-aluno Francisco Paes.

Em 1980 e 81, fui professora visitante do Departamento de Antropologia da Universidade do Texas em Austin. Foi, de algum modo, uma experiência introspectiva, já que eu havia me formado em uma universidade americana e agora estava de volta, enquanto brasileira, junto com Haroldo Campos da PUC. Os alunos eram muito interessados, bem mais disciplinados do que no Brasil, um ambiente, entretanto, muito competitivo. No fim os meus colegas do Departamento me pediram para permanecer mais

um tempo, mas preferi voltar e continuar na USP, desenvolvendo minhas pesquisas com meus alunos. Não ficar longe da família também pesou naquele momento. Recebi outros convites para lecionar nos Estados Unidos, mas nunca me decidi a voltar para lá. No ano que vem, entretanto, voltarei para celebrar os 60 anos de nossa formatura na Universidade, a formatura das “Mid-century girls”.

Enquanto eu estava ainda no Texas, recebi um telefonema de um diretor do Banco Mundial, que me alertou que estava sendo planejado um grande projeto de mineração na Serra dos Carajás que afetaria, com certeza, os Xikrin em primeiro lugar. Ele também me disse que não poderia repetir-se o que havia acontecido em Tucuruí, o caso que relatei acima. De volta ao Brasil, durante uma reunião nos escritórios da Companhia Vale do Rio Doce, no Rio de Janeiro, pelos mapas expostos na minha frente, vim a perceber o tamanho do empreendimento que rasgava a floresta. Fiquei chocada. Como vários grupos indígenas ao longo da ferrovia projetada seriam afetados, montamos com os meus alunos, que pesquisavam na região, um grupo de estudos sobre o impacto deste projeto, que, aliás, sem mais nem menos, já estava sendo implantado. Infelizmente, o momento não era propício para uma ação planejada longo prazo. Sendo assim, as ações foram muito pontuais. O pior naquele momento era a invasão maciça de madeireiros. Os Xikrin estavam localizados em cima da maior mancha de mogno do mundo.

É importante lembrar que a situação dos Xikrin se destaca por ser um exemplo extremo, no quadro dos povos indígenas amazônicos, da passagem de uma vida “tribal” relativamente isolada para uma situação de contato “selvagem”. Exemplo de reelaboração cultural dentro de uma situação *sui generis*, em que tudo tem dimensão e escala aumentadas, em que muitas vezes se perde a *mesure des choses*. Em meio a tal situação, os índios tentam salvaguardar, e mesmo ampliar, aqueles valores que para eles são os fundamentais. E nos ensinam que isso pode ocorrer por meio de formas de ação que, para nós, à primeira vista, pareceriam estranhas e exorbitantes.

Nos anos 80, ainda, conseguimos com a ajuda da Funai e do Núcleo de Direitos Indígenas (NDI) a revisão dos limites das Terras dos Xikrin do Bacajá, na região de Altamira, que ameaçavam abandonar suas Terras e se transferir para o Cateté para poder usufruir também dos recursos da Vale do Rio Doce.

De minha parte, como resultado desta experiência, foram vários anos de trabalho e de reflexão, redigindo inúmeros relatórios, publicando artigos e participando de seminários.

rios e congressos sobre este tema. Entre outros, destaco o artigo: “Os índios da Amazônia – um desafio recíproco”, publicado no livro “O cerco está se fechando”, coordenado Por Jean Hebette (1991, Fase/Vozes/NAEA-UFPA) resultado de um seminário histórico, em julho de 1988, durante o XLVI Congresso Internacional de Americanistas, em Amsterdam. O tema era uma avaliação crítica sobre os grandes projetos e seus impactos sobre as sociedades indígenas e camponesas na Amazônia brasileira. Em 1983, durante a reunião da SBPC em Belém, coordenei o Simpósio “Grande Carajás e a problemática indígena, na conjuntura atual”. Em 1988, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, em Belém, houve um ciclo de debates sobre Hidroelétricas na Amazônia, onde já se discutiam os problemas relativos ao Complexo Hidroelétrico do Xingu, hoje reformatado e chamado Belo Monte. Participei ainda em outubro de 1990 de uma reunião, em Paris, sobre a Amazônia brasileira e a questão fundiária, evento promovido pela Fundação Internacional Lélío Basso para o Direito e a Libertação dos Povos.

Mudando de assunto e voltando à pesquisa em etnologia, às vezes, sou considerada como uma precursora dos estudos de etnoestética no Brasil, tanto por meus trabalhos sobre os Kayapó Xikrin e mais tarde sobre os povos indígenas do Oiapoque- Amapá, como pela orientação de trabalhos que contribuíram para o desenvolvimento desta área no país. Na verdade não foi uma coisa premeditada, mas algo que surgiu e se construiu a partir da própria pesquisa de campo, quando já se reconhecia que a corporalidade era um tema central para se entender as sociedades e cosmologias indígenas. O papel fundamental destas manifestações estéticas era evidente. Os trabalhos de Nancy Munn, da Universidade de Chicago, realizados entre os aborígenes da Austrália e a sociedade Massim da região de Papua Nova Guiné, muito contribuíram para um maior entendimento das várias faces do que se chama “embelezamento”.

Entre os Xikrin, com relação à pintura corporal, realizei um levantamento minucioso e exaustivo de todos os motivos. Analisei a estrutura formal dos grafismos, o estilo (comparando-o, inclusive, com o de outros grupos Kayapó), as regras para a sua aplicação, as sequências de padrões que acompanham os diferentes momentos da vida cotidiana e ritual e a relação entre grafismo e morfologia social. Tudo isso acompanhado de um enorme acervo fotográfico e de inúmeras pranchas elaboradas pelas pintoras. É o que hoje se chamaria um inventário completo sobre os fazeres e saberes tradicionais de um povo indígena.

Para os Xikrin, a pintura corporal se apresenta como um sistema autônomo, rigidamente estruturado. Sempre fiquei fascinada pelo aspecto de rotina desta atividade, sua incessante e incansável repetição e a total naturalidade com que todos se submetem

à sua aplicação. Isto me fez pensar, como coloca Roy Wagner, que certos conceitos considerados por nós como culturais são pensados como uma ordem de valores dada a priori. Outra interpretação seria aquela sugerida por Lévi-Strauss em *Tristes Trópicos*, sobre as pinturas Nambiquara, a saber, um espaço de reflexão por parte da sociedade sobre suas próprias instituições. Para os Kayapó Xikrin, deste ponto de vista, o sistema gráfico, um bem comum que pertence a todos, seria um contraponto ao sistema de “propriedade exclusiva” relacionado às Casas e à complicada transmissão de nomes, riquezas e ornamentos plumários. Estas sociedades seriam “des Sociétés à Maisons”, como tão bem mostram os estudos da professora Vanessa Lea, da UNICAMP, sobre os Kayapó Mebengôkre do Xingu.

Esta pesquisa incentivou muitos alunos a se interessarem por estes aspectos entre outros grupos indígenas, resultando em cursos, seminários e na publicação, em 1992, do livro “Grafismo Indígena”, com várias contribuições e hoje considerado uma referência sobre o assunto. Com o tempo, foi ficando cada vez mais claro que as manifestações estéticas dos povos indígenas constituíam-se em um campo de investigação muito promissor.

Muitos pesquisadores, influenciados pelo perspectivismo e pela noção de *agency*, além de um primoroso trabalho de campo, reforçaram os aspectos cosmológicos da arte indígena, intimamente relacionada às atividades xamanicas. A arte tem origem no mundo dos invisíveis e suas manifestações tangíveis, não são apenas representações, mas coisas vivas, seres que possuem agência. A arte definida desta forma se mostra como um aspecto fundamental para entender como as sociedades ameríndias se apresentam e representam o mundo. Como resultado de todo este esforço etnográfico e analítico temos a produção e publicação de excelentes monografias, uma importante contribuição para a antropologia da arte.

Pessoalmente, quando iniciei com meus alunos, em 1990, um novo campo de pesquisa entre os povos karib e aruak, do Baixo Oiapoque, Amapá, me interessei profundamente pela cosmologia, mitologia e pelas manifestações artísticas destes povos, publicando artigos e livros sobre o assunto. Entre eles “*A Cobra Grande: uma introdução à cosmologia dos Povos Indígenas do Uaçá e Baixo Oiapoque – Amapá*”, em que comparo as versões do mito da Cobra Grande, dadas pelos quatro grupos indígenas que habitam a região, segundo suas vivências históricas e geográficas. E também o artigo “*O modelo e a marca ou o estilo dos misturados*”.

Aqui na USP, os anos 90 se caracterizam ainda por novas orientações teóricas e metodológicas. No Núcleo de História Indígena e do Indigenismo, coordenei com a professora Dominique Gallois o projeto temático “Sociedades Indígenas e suas fronteiras na região sudeste das Guianas”, que visava contribuir à renovação dos estudos de contato interétnicos clássicos na etnologia brasileira, apoiando as investigações no conceito operacional de “fronteira”. As relações interétnicas na Amazônia evidenciavam há muito tempo a necessidade de superar a dicotomia usada na descrição etnográfica entre especificidades indígenas e um contraponto genérico que deixou de ser “exterior” a essas sociedades, uma vez que suas condições de vida, suas formas de organização e suas representações de si mesmas encontram-se todas conectadas a essa “exterioridade.” Abordar as situações de contato neste foco dinâmico de fronteiras enquanto espaços de criação cultural, afasta definitivamente as noções de autenticidade e/ou perda cultural. O tema de fronteira se presta bem à abordagem das sociedades indígenas enquanto “abertas” e em contato constante com outras populações. Além disso, o grupo temático se propunha a refletir sobre a interface entre produção acadêmica e a atuação mais “implicada”, ou seja, diretamente relacionada a problemas suscitados pelo desenvolvimento.

Essa preocupação também apareceu em outro Projeto Temático de Pesquisa, coordenado, na época, pela professora Aracy Lopes da Silva e do qual também participei. Ele se intitulava “Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a educação”, desenvolvido pelo grupo MARI de Educação Indígena da USP. O que as pesquisas revelavam é que as escolas nas aldeias não podem ser vistas meramente como instituições “externas” ou alheias à cultura de cada grupo. As escolas nas aldeias são hoje tanto “nativas” quanto “exógenas”. Aracy Lopes da Silva e Luís Donisete Grupioni organizaram o livro “A Temática Indígena na Escola- subsídios para professores de 1º e 2º”, publicado pelo MEC/MARI/UNESCO, em 1995 e dirigido a um público não indígena, esclarecendo, pela primeira vez, conceitos e aspectos importantes relativos às sociedades indígenas. Publicamos, ainda, quatro livros pela editora Global, que reúnem as pesquisas realizadas entre 1995 e 2000, período em que o MARI funcionou.

Em 1990, iniciei um novo campo de pesquisa, no norte do Amapá, fronteira com a Guiana Francesa, onde vivem quatro povos etnicamente diferenciados, mas que se reconhecem como Povos Indígenas do Oiapoque. Estes grupos de origem diversa, que confluíram para a região em diferentes épocas, mantêm intenso contato entre eles e com

o entorno. Boa parte da população indígena se comunica em vários idiomas, português, patoá-francês, língua franca regional e língua nativa dos índios Karipuna e Galibi Marworno. Os Palikur e Galibi Kali<sup>3</sup>na utilizam suas respectivas línguas nas aldeias. Não cabe expor aqui uma maior contextualização histórica, ambiental e sócio-cultural daquela região, uma situação muito complexa, mas extremamente interessante e desafiadora para o entendimento das redes que estas sociedades estabelecem, como produto de um longo processo histórico, perturbado, em uma região de fronteira.

Quando chegamos com Antonella Tassinari, na época aluna da USP, naquele fim de mundo, do nosso ponto de vista, percebi que não havia nenhuma pesquisa sobre esses povos indígenas naquele momento. Os próprios índios se diziam “um pouco esquecidos”.

Aquele universo se mostrava o inverso do Kayapó, com uma riqueza de misturas. Foi um encantamento total. Cinco alunos escreveram suas teses de mestrado e doutorado sobre a região, duas já publicadas, uma contribuição importante para a etnologia no Brasil e, em particular, da região das Guianas.

Como não posso apresentar aqui em maiores detalhes todas as atividades acadêmicas e de apoio aos povos indígenas do Oiapoque, desenvolvidas durante duas décadas na região, indicarei apenas alguns marcos importantes.

Em abril de 2007, a pedido dos índios, foi inaugurado o Museu dos Povos Indígenas do Oiapoque, com uma exposição inaugural planejada e montada pelos próprios índios, resultado de um amplo projeto de valorização e fortalecimento cultural, desenvolvido durante dois anos, com minha assessoria. O Museu Kuahi é uma entidade pública, vinculada à Secretaria de Cultura do Estado do Amapá, cuja gestão cabe, em grande parte, aos próprios índios, cada vez mais interessados em gerir seu próprio patrimônio cultural, um modo de inserção no mundo contemporâneo. O Museu tem por finalidade afirmar a diversidade cultural dos povos indígenas da região, assim como promover um diálogo intercultural com outros povos e instituições indígenas, o município de Oiapoque e visitantes de outras regiões, mas, especialmente, manter um vínculo contínuo com as aldeias, promovendo encontros, oficinas e pesquisas. A concretização deste museu levou dez anos de esforços conjuntos. Hoje o Museu Kuahi é uma instituição indígena consolidada na região, um espaço que propicia relações mais simétricas com a sociedade oiapoqueense, que usa o museu para atividades educativas e inúmeras reuniões de interesse público.

Em 2008, como consequência das pesquisas e atividades de fortalecimento cultural



entre os povos indígenas do Oiapoque, fui convidada a organizar uma grande exposição no Museu do Índio, da Funai, no Rio de Janeiro. Intitulada *A Presença do Invisível – vida cotidiana e ritual entre os Povos Indígenas do Oiapoque*, contando com o apoio inestimável de José Carlos Levinho, diretor desta instituição, a exposição tinha como objetivo dar uma maior visibilidade às manifestações xamânicas, rituais e artísticas dos povos indígenas do Oiapoque. Elaborei a parte conceitual da exposição e fui responsável pela curadoria, o que implicou também na encomenda dos artefatos nas aldeias e o levantamento de uma coleção antiga sobre os Palikur, existente no acervo do Museu do Índio. A idéia mestra para a exposição era revelar o ciclo que vai desde o diagnóstico e a cura de doentes, trabalho que o xamã realiza em sua casa, na *tocai*, fumando, cantando, tocando maraká, conversando com seus karuãna, os invisíveis, auxiliado pelo *paliká* e uma audiência atenta, até o ritual coletivo, quando este xamã organiza um *Turé*, um ritual público, em que os invisíveis que ajudaram nas curas são chamados a participar da cerimônia, homenageados com cantos, danças e muito *caxiri*. Entre esses dois pólos, onde é realçada a dimensão cósmica das curas e das festividades, são apresentados todos os artefatos que participam deste contexto, com suas belas formas e ornamentação, as marcas. Destacam-se os grandes chapéus, os potes de cerâmica, os bancos esculpidos, as cuias gravadas, a cestaria e os instrumentos musicais: as buzinas *kutxi*, as clarinetes *turé*, além dos maracás. No ambiente doméstico estão os sacos de farinha, redes, os troféus de futebol, a bandeira do Divino Espírito Santo e o altar familiar com seus santinhos, velas e fitas coloridas.

Esta exposição envolveu muitos profissionais e teve uma repercussão ampla, sendo a primeira vez em que os índios do Oiapoque ficaram conhecidos por um público maior. Trinta índios participaram da inauguração e da montagem final. Como resultado há também um acervo grande de imagens, vídeos e um site sobre a exposição com tradução em francês e inglês.

Na ocasião, produzi o livro *Povos Indígenas do Baixo Oiapoque – o encontro das águas, o en cruzo dos saberes e a arte de viver* (Museu do Índio / Funai / Iepé, 2008). Esta publicação reflete o reconhecimento e fortalecimento das manifestações culturais dos Povos Indígenas do Baixo Oiapoque.

Todas estas atividades e pesquisas permitiram uma análise das diferentes coleções que hoje possuímos sobre estes povos, suas características e valor enquanto documentos cujo significado é ressaltado quando inseridos em um contexto histórico com-

parativo. Por exemplo, a coleção do MAE é menos significativa se comparada às mais recentes do Museu Kuahi e especialmente a do Museu do Índio, coletada em 2007, mas ela se situa no início da minha pesquisa, na década de 90, e vem por contraposição mostrar todo o caminho percorrido durante estes anos, como consequência das pesquisas e dos projetos de revitalização e fortalecimento das manifestações culturais entre estes povos. Por outro lado, a pequena coleção mais antiga, dos anos 40, acervo do Museu do Índio, com pouquíssima documentação, mas constituída de belas peças, exibidas na exposição ao lado das peças contemporâneas, se revelaram como preciosidades, especialmente aos olhos dos índios.

O trabalho mais relevante que venho realizando nestes últimos tempos é a finalização da pesquisa e a montagem dos textos produzidos para a publicação de um livro bilingüe sobre os Galibi Kali'na. É um trabalho baseado na memória e narrativas de um chefe Galibi Kali'na que em 1950 migrou para o Brasil, em três grandes canoas, com seus familiares e alguns seguidores da Guiana Francesa, instalando-se, com a autorização do governo brasileiro e por intermédio do SPI e apoio dos militares em Clevelândia do Norte, na aldeia São José dos Galibi, no baixo Oiapoque. É um relato subjetivo de reflexão e interpretação sobre um período da história destes índios na Guiana Francesa e depois no Brasil.

Como consequência desta pesquisa e seus resultados foi montada, no Museu Kuahi, uma exposição transfronteiriça para a Semana do Índio de 2010, com minha curadoria e a de Anne Courtois Vidal, com o apoio do Iepé, do professor Gérard Collomb do CNRS e da comunidade Kali'na de Awala-Yalimapo, da Guiana Francesa.

Nesta região em que venho pesquisando e atuando está em curso, apoiado pelo Iepé, um Programa de Formação de Pesquisadores Indígenas que já coletou dados sobre as festas do Turé, sobre as matérias-primas utilizadas na confecção de seus artesanatos e sobre as roças, o plantio da mandioca e fabricação da farinha. Este vasto material tem sido organizado para publicações dos próprios índios.

Paralelamente, desde 2002, os povos indígenas da região vêm desenvolvendo com assessoria de organizações governamentais e não governamentais projetos ambientais e de sustentabilidade, que de certa forma resultam de um movimento de organização política conjunta, iniciado na década de 70, pelos quatro grupos indígenas da região, com a realização anual de assembléias.

A grande vitória deste processo foi a homologação de suas Terras em 1992 e a criação da Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque – APIO. Recentemente, em

2008, foi criado o Comitê Gestor que conta com líderes indígenas e representantes do Governo Federal e Estadual para acompanhar e controlar as ações relativas a três grandes projetos de infra-estrutura desenvolvidos na região: o asfaltamento da BR 156, a construção de uma linha de energia elétrica pela Eletronorte, ambas cortando as Terras Indígenas e a construção de uma ponte binacional sobre o rio Oiapoque, ligando a Guiana Francesa ao Brasil.

Em 2008 realizei, em colaboração com Ana Paula N. Fonte, o acompanhamento antropológico de um rico e interessante processo de construção de um Plano de Vida dos Povos Indígenas do Oiapoque, participando e documentando oficinas de planejamento participativo. Nestas oficinas foram discutidos os problemas que as comunidades indígenas da região enfrentam atualmente e como superá-los no futuro, visando alcançar uma boa qualidade de vida, com sustentabilidade. O resultado desse processo de discussão foi compilado no livro “Plano de Vida dos Povos e Organizações Indígenas do Oiapoque”, que foi legitimado pelos índios da região em fevereiro de 2009, no âmbito da XIII Assembléia de Avaliação dos Povos Indígenas do Oiapoque.

Em resumo, para finalizar, abrem-se novos caminhos para pesquisas e ações mais participativas. Há um grande interesse em acompanhar e avaliar as transformações em curso. Há uma vontade de que o conhecimento produzido seja mais compartilhado. O registro dos conhecimentos tradicionais deve, em primeiro lugar, beneficiar as próprias comunidades indígenas para que possam fazer, de maneira mais consciente e criteriosa, suas escolhas para o futuro. Frente a um número cada vez maior de interlocutores, os assim chamados inventários são ferramentas importantes para os povos indígenas, bem como o Plano de Vida sócio-ambiental, um projeto construído em conjunto, a longo prazo, que incluem saúde, educação, atividades econômicas, meio ambiente, Terras Indígenas, cultura e movimentos indígenas. Hoje, os índios votam, cursam o Ensino Médio e mesmo o Superior e ao mesmo tempo mantêm e reforçam, de maneira renovada, seus valores e suas práticas culturais. Tudo isso são grandes desafios e para a Etnologia um vasto campo de pesquisas e de reflexão teórica.

E com essas reflexões, encerro meu discurso, agradecendo a Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, o título de professora emérita a mim conferido.

PROFA. DRA. LUX BOELITZ VIDAL

